

A (IN)EFICÁCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E O RISCO JURÍDICO À CONCRETIZAÇÃO DE UM DIREITO CONSTITUCIONAL/FUNDAMENTAL (SAÚDE)

Pesquisador(es): GOULARTT, Loíze Eduarda de Ramos (autor principal); MARCIÓ, Cesar (demais autores)

Curso: Direito

Área: Humanidades

Resumo: O projeto que ensejou o presente artigo apresenta como objetivo compreender as contribuições no tocante à criação e modificação de direitos fundamentais, dentre eles, (e em especial) o direito a saúde. Para tanto, foram abordados os elementos estruturais e estatais que, fomentando a evolução democrática e sociológica que permearam o contexto dessas conquistas, deveriam garantir a efetivação desse direito fundamental que, conforme determina a Magna Carta, seria de acesso irrestrito. No entanto, o que era para ser de acesso irrestrito, hoje, passou a ser de acesso limitado, em que a maioria das famílias gastam mais da metade da renda para obter atendimento rápido e eficiente. O que não poderia ser diferente quando o assunto são medicamentos. Assim, diante da imensa dificuldade de vários cidadãos conseguirem os fármacos dos quais necessitam, recorrem ao Judiciário, quando na verdade, a solução está na participação dos verdadeiros interessados na condição de fiscais sociais, bem como, melhorias na educação e prevenção.

Palavras-chave: Saúde. Estado. Prevenção. Direito Fundamental. Medicamentos.

E-mails: loize.eduarda@hotmail.com; cesar.marcio@unoesc.edu.br

